



Dep.de Licitação e Contratos

AVISO DE CONTRATAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO Nº 005/2026

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BADARÓ-MG, por meio do Agente de Contratação, designado pela Portaria nº 173/2025, datada de 08/07/2025,torna público aos interessados que realizará licitação via **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para Contratação de empresa para prestação de serviços contábeis para classificação e escrituração da contabilidade de 05(cinco) caixas escolares das escolas municipais de Francisco Badaró, o qual será regido pela Lei Federal n 14.133/2021, pelo disposto no presente Edital e seus respectivos Anexos, e nas demais normas aplicáveis ao objeto deste certame.

RECEBIMENTO DE NOVAS PROPOSTAS DE PREÇOS: De 22/01/2026 á 27/01/2026

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Francisco Badaró-MG, situada na Av. Araçuaí, s/nº, Centro, neste município, ou por meio do endereço de e-mail setor.licitacao@franciscobadaro.mg.gov.br.

Divulgação do resultado: em até 2 (dois) dias úteis após a data limite de recebimento das propostas.

I. OBJETO

1.2. 1.1. A presente dispensa de licitação tem como objeto para contratação de pessoa jurídica para Contratação de empresa para prestação de serviços contábeis para classificação e escrituração da contabilidade de 05(cinco) caixas escolares das escolas municipais de Francisco/MG, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME E DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

2.1. Modalidade:

Rua Araçuaí, s/n- Centro- Telefone: (33) 3738-1123/ 1228.

Francisco Badaró/MG- CEP: 39.644-000.

E-mail: setor.licitacao@franciscobadaro.mg.gov.br



Dep.de Licitação e Contratos

2.1.1. Dispensa de Licitação, com base legal no inciso II do art. 75 da Lei Nacional nº 14.133/2021.

2.2. Critério de Julgamento

2.2.1. MENOR PREÇO POR ITEM. Análise dos requisitos solicitados no Termo de Referência em anexo.

2.2.2. As propostas apresentadas de acordo com as especificações e exigências legais e deste edital serão classificadas conforme o preço, sendo considerado vencedor aquele que apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM

2.2.3. O não atendimento dos requisitos para participação ensejará na desclassificação da proposta.

2.2.4. Poderão participar desta Dispensa de Licitação quaisquer licitantes que:

- a) Detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta Dispensa, e que cumpram com todas as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos;
- b) Atenderem os requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital;
- c) Comprovarem possuir os documentos de habilitação exigidos neste edital;

2.2.5. Não poderão concorrer neste Processo:

a) Pessoas que sejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

2.2.6. A participação dos interessados dar-se-á pelo encaminhamento da proposta, por meio físico ou eletrônico, não sendo aceitas quaisquer propostas por forma diversa.

2.2.7. Os valores deverão estar expressos em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes à execução do objeto licitado.

2.2.8. A participação no certame implicará na validade da proposta pelo prazo de 60 dias, a contar da data marcada para a abertura das propostas.

3- FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

3.1 E-mail: setor.licitacao@franciscobadaro.mg.gov.br - Telefones (33) 37381123 / 3738-1228



Dep.de Licitação e Contratos

4- DA DIVULGAÇÃO ATRAVÉS DO SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL:

4.1- Em cumprimento à Lei 14.133/2021, o sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Francisco Badaró-MG é o seguinte site: <https://franciscobadaro.mg.gov.br>.

4.2- A presente manifestação de interesse em obter propostas, através do presente edital, será divulgada através do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Francisco Badaró - MG, conforme prevê no § 3º do art. 75 da Lei 14.133/2021, com o objetivo de viabilizar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.

4.3- Conforme prevê no artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

5. DA FORMALIZAÇÃO DA PROPOSTA, PAGAMENTO E VIGÊNCIA

5.1- A proponente deverá preencher a minuta de proposta indicada no anexo II do presente edital e observará o seguinte:

- a) **NA OFERTA DA PROPOSTA** deve estar incluso o valor de todas as taxas e tributos;
- b) Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação e que se lograr êxito apresentará a documentação de habilitação indicada no item VI deste edital.
- c) **Prazo de Pagamento:** Os pagamentos serão efetuados em até **30 (trinta) dias** após o recebimento definitivo da prestação dos serviços pelo gestor da contratação.
- d) **Prazo de Vigência:** **12** (doze) meses a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da Lei 14.133/2021.

6- DA REGULARIDADE

6.1. Após a divulgação do resultado das propostas, a **Agente de Contratação** convocará o proponente classificado em primeiro lugar para comprovar a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, através do e-mail setor.licitacao@franciscobadaro.mg.gov.br.

6.2- RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 6.2.1- Cédula de identidade do representante legal da empresa;
- 6.2.2- Em se tratando de Procuradores deve ser apresentado instrumento de procuração pública ou particular com firma reconhecida do qual constem



Dep.de Licitação e Contratos

poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de interposições de recursos, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprovem os poderes do mandante para a outorga.

6.2.3- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.2.4- Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.2.5- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

6.3- RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), comprovando que o ramo da atividade pertinente e compatível com o objeto licitado;

6.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

6.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e INSS), estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.3.4. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço(FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

6.3.5- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;



Dep.de Licitação e Contratos

6.4. RELATIVOS À REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.4.1. Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial e Extrajudicial (Falência e Concordata) expedida pelo Cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica, emitida, a no máximo, 90 (noventa) dias da data prevista para entrega dos envelopes;

6.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.5.1. Habilidade Profissional

A contratada deverá comprovar que possui pelo menos 01(um) profissional com Registro no Conselho da Categoria Profissional emitida pelo órgão competente ou Diploma de conclusão nos cursos em ciências contábeis.

A Comprovação de que o (s) responsável (eis) técnico(s) indicado(s) pertence (m) ao quadro permanente da empresa poderá ser realizada através da apresentação de um dos documentos a seguir relacionados:

- a) Ficha de registro de trabalho, autenticado junto a DRT (delegacia Regional do Trabalho);
- b) Contrato de trabalho e CTPS (carteira de trabalho e Previdência Social);
- c) Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.
- d) Contrato de regime de prestação de serviços regido pela legislação civil comum.

6.5.2. Experiência e Qualificação Técnica

Comprovação de aptidão técnica operacional da (pessoa jurídica) e técnica profissional da (pessoa física) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através de pelo menos 01(um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

7. DEMAIS CONDIÇÕES

7.1. É facultado ao órgão emissor do edital, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos licitantes, que deverão ser satisfeitos no prazo máximo de 24 horas.



Dep.de Licitação e Contratos

- 7.2. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.
- 7.3. À Prefeitura Municipal, caberá aplicar a licitante vencedora, total ou parcialmente inadimplente, as sanções previstas no Anexo I (Termo de Referência) deste edital, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, bem como, quaisquer outros dispositivos legais, garantindo-se amplo direito de defesa.
- 7.4. Para obter maiores informações sobre como participar da Dispensa de Licitação, a empresa poderá entrar em contato com a Agente de Contratação, pelo e-mail: setor.licitacao@franciscobadarо.mg.gov.br.
- 7.5. Para todas as referências de tempo contidas neste edital será observado o horário de Brasília (DF).
- 7.6. Fica eleito o foro da Cidade de Minas Novas/MG, para dirimir quaisquer dúvidas na realização desta compra.

Francisco Badaró-MG, 21 de janeiro de 2024

Ana de Lourdes Ferreira de Sousa Paula

Agente de Contratação



Dep.de Licitação e Contratos

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

I - OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços contábeis para classificação e escrituração da contabilidade de 05(cinco) caixas escolares das escolas municipais de Francisco Badaró, de acordo com as normas vigentes.

1.2. Especificação do Item/Quantidade a ser contratada, Unidade de Medida.

ITEM	DESCRÍÇÃO	UNID	QDE	VALOR UNITARIO MÊS	VALOR TOTAL 12 MESES
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS PARA CLASSIFICAÇÃO E ESCRITURAÇÃO DA CONTABILIDADE DOS CAIXAS ESCOLARES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS ,INCLUINDO: .APURAÇÃO DE BALANCETES; .BALANÇO ANUAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, .RAIZ-preparação e envio; .DCTF-preparação e envio .ECT-preparação e envio .EVENTOS DO E-SOCIAL	MESES	12		

1.2.1 Da especificação dos itens/serviços:

1-Os serviços serão executados nas dependências da contratada, em obediência ás seguintes condições:

- a)Classificação e escrituração da contabilidade dos 05(cinco) Caixas escolares;
- b)Apuração de balancetes;
- c)Balanço anual de demonstrações contábeis;
- d)Emissão da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de cada Escola do Município.
- d)Emissão da DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) de cada escola do Município.



Dep.de Licitação e Contratos

e)Evento do E-Social.

f)Emissão de CND sempre que solicitado.

g) A documentação indispensável para o desempenho dos serviços arrolados no item I, será fornecido pela contratante, consistindo, basicamente, em:

h).-Boletim de caixa e documentos nele constantes.

i)- Extratos de todas as contas correntes bancárias, inclusive aplicações, e documentos relativos aos lançamentos, tais como depósitos, cópias de cheques, aviso de créditos, débitos, etc.

j)Notas fiscais de compras(entradas) e de vendas(saídas), bem como comunicação de seu eventual cancelamento.

k) Elaboração e análise de relatórios contábeis periódicos

l) Orientação sobre a correta aplicação das normas e legislações vigentes.

m)Assessoramento na elaboração de planos de contas e orçamentos.

1.3-RELAÇÃO DOS CAIXAS ESCOLARES EXISTENTES

1. APM da Escola Municipal Badaró Júnior

CNPJ: 06.321.431/0001-36

Escola vinculada:Escola Municipal Badaró Júnior

2. APM da Escola Municipal Professor João Cândido

CNPJ: 03.148.740/0001-68

Escolas vinculadas:Escola Municipal Professor João Cândido

- Escola Municipal Coronel José Marques

3. Caixa Escolar Municipal Fonte do Saber

CNPJ: 34.184.153/0001-58

Escolas vinculadas:Escola Municipal Antônia Vieira Lemes

- Escola Municipal Atanásio Couto
- Escola Municipal Dois de Setembro
- Escola Municipal Dona Josefina Eulália
- Creche Municipal Pequeno Príncipe

4. Caixa Escolar Municipal Francisco Borges

CNPJ: 34.184.799/0001-35

Escolas vinculadas:Escola Municipal Francisco Borges

- Escola Municipal João Alves Pinheiro
- Escola Municipal Castelo Branco

Rua Araúaí, s/n- Centro- Telefone: (33) 3738-1123/ 1228.

Francisco Badaró/MG- CEP: 39.644-000.

E-mail: setor.licitacao@franciscobadarо.мg.gov.br



Dep.de Licitação e Contratos

- Escola Municipal Dom Serafim

5. Unidade Executora do PEM Pingo de Gente

CNPJ: 11.239.391/0001-18

Escola vinculada:PEM Pingo de Gente

- Centro Municipal de Educação Infantil Maria Carmelita do Rosário Váz – CMEI Dona Lita

II- DA NATUREZA DO OBJETO

2.1. Objeto é considerado de natureza comum, entendido como aquele do mesmo ramo de atividade e considera-se ramo de atividade a linha de fornecimento consignada ao fornecedor, observado a classe de serviços utilizando o detalhamento de cada elemento de especificação da PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002 e linha de contidos em sistema de gestão mantidos no município.

III - DO PRAZO DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de serviços especializado em Contabilidade Escolar se faz necessária para assegurar a adequada gestão financeira e contábil dos caixas escolares, garantindo a transparência, legalidade e eficiência na utilização dos recursos públicos destinados a essas entidades.

A presente licitação de solicitação de serviço contábeis faz necessária devido à existência do que é popularmente referido como Caixas Escolares, onde cada unidade de ensino básico municipal possui seu próprio CNPJ, assim como determina a norma do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), que de acordo com o portal gov.br, o site oficial do governo federal, “o PDDE consiste na destinação anual de recursos financeiros, em caráter suplementar,



Dep.de Licitação e Contratos

repassados às entidades participantes, cujas finalidades consistem em contribuir para:

1. o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento;
2. a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica; e
3. o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social.

” O recurso financeiro do PDDE é repassado anualmente para os caixas escolares, que possuem suas próprias Unidades Executoras (UEx, que é, de acordo com o gov.br, uma “organização da sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída com a finalidade de representar uma unidade escolar pública ou um consórcio de unidades escolares públicas, integrada por membros da comunidade escolar e comumente denominadas de caixa escolar, conselho escolar, associação de pais e mestres, círculo de pais e mestres, dentre outras denominações”), seus próprios CNPJs, e os Conselhos do Caixa Escolar, onde as demandas são discutidas, oficializadas e onde há a prestação de contas. Conforme definição governamental, a UEx possui natureza jurídica de direito privado e como tal, está sujeita às exigências burocráticas da Receita Federal e órgãos fiscalizadores superiores.

Assim sendo, os seguintes serviços contábeis anuais são de natureza obrigatória. Também é relevante mencionar que, assim como descrito no Guia de Execução dos Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola, disponível no link <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/mediapdde/manuais/GuiadeExecuodosRecursosdoPDDE.Verso2023.28.09.2023.pdf>.

“É de extrema importância ressaltar que as escolas públicas de educação básica com mais de 50 (cinquenta) estudantes matriculados na educação básica, para



Dep.de Licitação e Contratos

serem beneficiadas com recursos do PDDE e Ações Integradas, deverão, obrigatoriamente, constituir suas respectivas Unidades

Tendo em vista que o Município de Francisco Badaró, não possui em seu quadro, profissionais com qualificação e disponibilidade de tempo para realizar tais serviços, em tempo hábil, garantindo a adimplência do município, especialmente dos recursos dos federais, que necessitam de prestação de contas, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para execução dos referidos serviços.

Conforme citação mencionada acima, a constituição de Unidades Executoras próprias tem natureza obrigatória para unidades de ensino com mais de cinquenta alunos, mas unidades com menos de cinquenta alunos também são incentivadas a criar suas próprias UEx, visto que esta criação cria autonomia de gestão e gera transparência de prestação de contas, visto que esta demanda de existência e manutenção de um Conselho, onde há seu estatuto próprio, discussões, registros e fiscalizações.

Em Francisco Badaró, 14(quatorze) unidades de ensino ativas possuem suas próprias Unidades Executoras, totalizando 05(cinco) caixas escolares.

Vista a importância do Programa Dinheiro Direto na Escola, suas ramificações nas comunidades escolares e suas exigências burocráticas, faz-se necessária a contratação de escritório contábil capacitado para tal execução.

V- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação de serviços especializado em Contabilidade Escolar para assegurar a adequada gestão financeira e contábil dos caixas escolares, garantindo a transparência, legalidade e eficiência na utilização dos recursos públicos destinados a essas entidades.

VI - REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

6.1 Para a contratação de serviços especializados em Contabilidade Escolar para assegurar a adequada gestão financeira e contábil dos caixas escolares no Município de Francisco Badaró estabelece os seguintes requisitos:

Rua Araúaí, s/n- Centro- Telefone: (33) 3738-1123/ 1228.
Francisco Badaró/MG- CEP: 39.644-000.
E-mail: setor.licitacao@franciscobadarо.mg.gov.br



Dep.de Licitação e Contratos

6.1.1. Habilidade Profissional

- A contratada deverá comprovar que possui pelo menos 01(um) profissional com Registro no Conselho da Categoria Profissional emitida pelo órgão competente e Diploma de conclusão no curso em ciências contábeis.
- A Comprovação de que o (s) responsável (eis) técnico(s) indicado(s) pertence (m) ao quadro permanente da empresa poderá ser realizada através da apresentação de um dos documentos a seguir relacionados:
 - a) Ficha de registro de trabalho, autenticado junto a DRT (delegacia Regional do Trabalho);
 - b) Contrato de trabalho e CTPS (carteira de trabalho e Previdência Social);
 - c) Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.
 - d) Contrato de regime de prestação de serviços regido pela legislação civil comum.

6.1.2. Experiência e Qualificação Técnica

Comprovação de aptidão técnica operacional (pessoa jurídica) e técnica profissional (pessoa física) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através de pelo menos 01(um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.1.2. Disponibilidade

- Compromisso com o cumprimento dos prazos estipulados pelo edital do processo seletivo, garantindo a entrega dos resultados dentro do cronograma estabelecido.
- Disponibilidade para realizar as avaliações no local indicado pela administração Municipal.

6.2 O cumprimento integral desses requisitos será condição indispensável para a formalização da contratação, visando assegurar a qualidade, a legalidade e a eficiência dos serviços prestados.

VII-EXECUÇÃO DO OBJETO/ PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A execução dos serviços fica a encargo do escritório contábil de acordo com o prazo estabelecido de cada item conforme estipulado pela Receita Federal ou



Dep.de Licitação e Contratos

órgão responsável, a ser de conhecimento técnico do escritório executor para o calendário de prazos de 2026.

7.2. Realizar, dentro dos itens listados e em tempo hábil, os serviços contábeis e burocráticos referentes às Unidades Executoras dos Caixas Escolares, pertencentes às unidades de ensino municipais de Francisco Badaró;

7.3. Atentar-se aos prazos dos referidos serviços estipulados pela Receita Federal e/ou órgãos burocráticos superiores;

7.4. solicitar qualquer documentação necessária para a execução dos serviços às Unidades Executoras dos Caixas Escolares ou à Secretaria de Educação;

7.5. fornecer os extratos dos serviços executados referentes a cada Unidade Executora (Caixa Escolar) para seu respectivo arquivamento na Secretaria de Educação;

7.6. os serviços contratados deverão ser executados dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade;

7.7. são de inteira responsabilidade da contratada o fornecimento de toda mão-de-obra necessária à fiel e perfeita execução do objeto do presente contrato, bem como os encargos previdenciários, trabalhistas e outros de qualquer natureza, decorrentes da execução do contrato;

7.8. Manter, durante toda a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção deste contrato.

VIII-GESTÃO DO CONTRATO

8.1 A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 113/2023, e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

I - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal (is) ou por seu(s) respectivo(s) substituto(s);

II - Compete ao Fiscal do Contrato, exercer a verificação concreta do objeto, devendo os servidores designados verificar a qualidade e procedência da



Dep.de Licitação e Contratos

prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc. Dentre as responsabilidades dos fiscais está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados;

III – Compete ao Gestor do Contrato exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam: verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

IX-CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado conforme a execução dos serviços for realizada e aceita pelo órgão responsável, dentro de até 30 (trinta) dias consecutivos.

9.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

X-FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1-Consoante o disposto no inciso II e § 2º do art. 75 da Lei 14.133/2021 e no Decreto nº 117/2023, será usado a hipótese de Dispensa de Licitação.

10.2. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 14.133/2021 por possuir padrões e características gerais, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto,



Dep.de Licitação e Contratos

ser licitado pela hipótese de Dispensa de Licitação, por meio do critério de menor preço, em vistas da escolha da proposta mais vantajosa.

10.3. No caso em comento, aplica-se a hipótese preconizada no art. 75, inciso II, da Lei

14.333/2021 e será adotado o critério de julgamento do tipo Menor Preço Global.

XI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da contratação está devidamente adequada e compatível com a Lei Orçamentária Anual e ocorrerá na dotação abaixo:

06.01.01.12.122.0015.2025-33903900-FICHA(124)

XII - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. Obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- c) Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- d) Designar servidor, pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;
- e) Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

12.2. Obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar, dentro dos itens listados e em tempo hábil, os serviços contábeis e burocráticos referentes às Unidades Executoras dos Caixas Escolares, pertencentes às unidades de ensino municipais de Francisco Badaró;
- b) Observar e cumprir todos os aspectos previstos neste Termo de Referência;
- c) Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes



Dep.de Licitação e Contratos

de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

- d) Manter, durante a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;
- g) Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato.
- h) Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessários á execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos á legislação trabalhista e quaisquer outros decorrentes dos serviços constantes do Presente contrato.

XIII - JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Conforme o Art. 3º, Parágrafo Único, I, "a", 1, do Decreto Municipal nº 116/2023, a exigência de elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) pode ser facultada em casos de contratações diretas, que incluem tanto hipóteses de dispensa quanto inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso I do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, em especial nos casos de contratações por dispensa de licitação em função do valor, conforme os incisos I e II do art. 75 da referida lei.

No presente caso, a contratação enquadra-se como de pequeno vulto, conforme os limites estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, considerando que o valor da possível contratação está abaixo do limite previsto no inciso II do art. 75. Isso, por si só, autoriza a dispensa de licitação e, consequentemente, justifica a dispensa da elaboração do ETP, tendo em vista que a análise de viabilidade técnica e econômica é proporcional à complexidade e ao valor da contratação.

Além disso, conforme estabelecido pelo Art. 14, I, da Instrução Normativa SEGES nº 058/2022, a elaboração do ETP é facultada nas hipóteses de contratações diretas, incluindo aquelas previstas nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021. No presente caso, como se trata de uma contratação de pequeno vulto e de baixa complexidade técnica, a exigência do ETP poderia representar uma sobrecarga



Dep.de Licitação e Contratos

desproporcional ao procedimento, sem agregar valor relevante à análise de viabilidade e economicidade.

Portanto, considerando a baixa complexidade do objeto contratado e o valor reduzido da contratação, conforme as normas aplicáveis, conclui-se pela dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, nos termos do Art. 3º, Parágrafo Único, I, "a", 1, do Decreto Municipal nº 116/2023, e com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES nº 058/2022.

14-DAS SANÇÕES

14.1 A empresa licitante deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no termo de referência, sujeitando-se às penalidades constantes no art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, conforme o disposto nas cláusulas seguintes:

- a) **ADVERTÊNCIA**, nos casos de pequenos descumprimentos do Termo de Referência, que não gerem prejuízo para a Prefeitura Municipal;
- b) **Multa de 0,33%** (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), incidente sobre o valor não atendido da Ordem de Fornecimento, nos casos de descumprimento do prazo para entrega do objeto, que será calculada pela fórmula $M = 0,0033 \times C \times D$. Tendo como correspondente: M = valor da multa, C = valor da obrigação e D = número de dias em atraso;
- b.1) Após 30 (trinta) dias de atraso na entrega dos produtos, a Prefeitura Municipal poderá considerar inexecução total do objeto;
- b.2) Em caso de inexecução total do objeto aplicar-se-á multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação;
- b.3) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
- b.4) Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à Prefeitura Municipal, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa;
- b.5) O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por a

PEDRO LUCAS FERNANDES DO PRADO

Secretário Municipal de Educação



Dep.de Licitação e Contratos

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Ao

Agente de Contratação

Senhor,

A proponente inscrita no CNPF sob o n.^º, sediada à, em/....., CEP, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr., inscrito(a) no CPF sob o n.^º e portador(a) do RG n.^º, vem perante esta Comissão, **APRESENTAR** sua proposta de preços conforme segue:

ITEM	DESCRÍÇÃO	UNID	QDE	VAL UNIT	VAL TOTAL
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS PARA CLASSIFICAÇÃO E ESCRITURAÇÃO DA CONTABILIDADE DOS CAIXAS ESCOLARES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS ,INCLUINDO: .APURAÇÃO DE BALANCTES; .BALANÇO ANUAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, .RAIZ-preparação e envio; .DCTF-preparação e envio .ECT-preparação e envio .EVENTOS DO E-SOCIAL	MESES	12		

DECLARAMOS que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital desta, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo discrepância entre quaisquer informações ou documentos que dele façam parte, e que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assim como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, bem como pelos erros ou omissões, contidas tanto no formulário proposta, como em seus anexos.

_____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal e carimbo

CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BADARÓ
- ESTADO DE MINAS GERAIS -

CPL
FOLHA _____

Dep.de Licitação e Contratos

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

(NOME DA PROPONENTE) (...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), sediada na (endereço completo) (...), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). (...), portador(a) da cédula de identidade RG nº (...) e inscrito(a) no CPF sob o nº (...), DECLARA, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data.

CARIMBO E ASSINATURA

CNPJ



Dep.de Licitação e Contratos

ANEXO IV - MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO N°/2026

O MUNICÍPIO DE FRANCISCO BADARÓ/MG, pessoa jurídica pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Araçuaí, s/nº, Centro, na cidade de Francisco Badaró, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 18.051.524/0001-77, com sede na Rua Araçuaí, s/nº, neste ato representado pelo Sr. **Pedro Lucas Fernandes do Prado**, Secretário Municipal de Educação, brasileiro, , portador da Matricula nº1973,residnete na Cidade de Francisco Badaró – MG, adiante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a, com sede na (endereço completo), que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato portador da Cédula de Identidade RG nº e inscrito no CPF/MF sob o nº , domiciliado na (endereço completo), doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente contrato para a Prestação de serviços de pessoa jurídica para captação de recursos federais e estaduais, elaboração de prestação de contas de recursos oriundos de convênios, contratos de repasses, termos de ajustes, termos de compromissos, programas de ação continuada e instrumentos similares destinados às diversas Secretarias Municipais do Município de Francisco Badaró/MG,oriundo de certame licitatório nº005/2026, na modalidade Dispensa de Licitação nº002/2026, do tipo menor preço, **POR ITEM**, estando de acordo com o Edital de Licitação respectivo e com a proposta da licitante vencedora, segundo o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, sujeitando-se as partes às determinações da legislação supra e suas posteriores alterações, bem como às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato é a Contratação de empresa para prestação de serviços contábeis para classificação e escrituração da contabilidade de 05(cinco) caixas escolares das escolas municipais de Francisco Badaró/MG; conforme especificações constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA II – DA FORMA DE EXECUÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1.a) – Além das obrigações constantes no Termo de Referência (Anexo I do presente Aviso de Contratação), a contratada se obriga a:
b) Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;



Dep.de Licitação e Contratos

- c) Observar e cumprir todos os aspectos previstos neste Termo de Referência;
- d) Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- e) Manter, durante a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- f) Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;
- g) Arcar com todas as despesas necessárias a execução do objeto, como transporte, alimentação, hospedagem entre outras.
- h) Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato.
- i). Realizar, dentro dos itens listados e em tempo hábil, os serviços contábeis e burocráticos referentes às Unidades Executoras dos Caixas Escolares, pertencentes às unidades de ensino municipais de Francisco Badaró;
- j). Atentar-se aos prazos dos referidos serviços estipulados pela Receita Federal e/ou órgãos burocráticos superiores;
- k). solicitar qualquer documentação necessária para a execução dos serviços às Unidades Executoras dos Caixas Escolares ou à Secretaria de Educação;
- L). fornecer os extratos dos serviços executados referentes a cada Unidade Executora (Caixa Escolar) para seu respectivo arquivamento na Secretaria de Educação;



Dep.de Licitação e Contratos

2.2-Da execução do objeto/ prestação dos serviços

1-Os serviços serão executados nas dependências da contratada, em obediência ás seguintes condições:

- a)Classificação e escrituração da contabilidade dos 05(cinco) Caixas escolares;
- b)Apuração de balancetes;
- c)Balanço anual de demonstrações contábeis;
- d)Emissão da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de cada Escola do Município.
- d)Emissão da DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) de cada escola do Município.
- e)Evento do E-Social.
- f)Emissão de CND sempre que solicitado.
- g) A documentação indispensável para o desempenho dos serviços arrolados no item I,será fornecido pela contratante,consistindo,basicamente,em:
 - h).-Boletim de caixa e documentos nele constantes.
 - i)- Extratos de todas as contas correntes bancárias,inclusive aplicações,e documentos relativos aos lançamentos,tais como depósitos,cópias de cheques,aviso de créditos,débitos,etc.
 - j)Notas fiscais de compras(entradas) e de vendas(saídas),bem como comunicação de seu eventual cancelamento.
 - k) Elaboração e análise de relatórios contábeis periódicos
 - l) Orientação sobre a correta aplicação das normas e legislações vigentes.
 - m)Assessoramento na elaboração de planos de contas e orçamentos.

1.3-RELAÇÃO DOS CAIXAS ESCOLARES EXISTENTES

1. APM da Escola Municipal Badaró Júnior

CNPJ: 06.321.431/0001-36

Escola vinculada:Escola Municipal Badaró Júnior

2. APM da Escola Municipal Professor João Cândido

CNPJ: 03.148.740/0001-68

Escolas vinculadas:Escola Municipal Professor João Cândido



Dep.de Licitação e Contratos

- Escola Municipal Coronel José Marques

3. Caixa Escolar Municipal Fonte do Saber

CNPJ: 34.184.153/0001-58

Escolas vinculadas:Escola Municipal Antônia Vieira Lemes

- Escola Municipal Atanásio Couto
- Escola Municipal Dois de Setembro
- Escola Municipal Dona Josefina Eulália
- Creche Municipal Pequeno Príncipe

4. Caixa Escolar Municipal Francisco Borges

CNPJ: 34.184.799/0001-35

Escolas vinculadas:Escola Municipal Francisco Borges

- Escola Municipal João Alves Pinheiro
- Escola Municipal Castelo Branco
- Escola Municipal Dom Serafim

5. Unidade Executora do PEM Pingo de Gente

CNPJ: 11.239.391/0001-18

Escola vinculada:PEM Pingo de Gente

- Centro Municipal de Educação Infantil Maria Carmelita do Rosário Váz – CMEI Dona Lita

CLÁUSULA III – DA FORMA DE AUTUAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

3.1. A CONTRATANTE se obriga a:

- 3.1.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os trabalhos objeto deste Contrato, por meio de sua Equipe de Fiscalização;
- 3.1.2. Emitir a Ordem de Serviço;
- 3.1.3. Fornecer os dados necessários para a execução do projeto, bem como permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA para realização dos levantamentos e apontamentos necessários à execução dos serviços.
- 3.1.4. Efetuar os pagamentos pelos serviços realizados, na forma e prazo estabelecidos neste Contrato.

3.1.5 A CONTRATANTE proporcionará à CONTRATADA todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços deste Contrato, e designará representantes para acompanhar o andamento dos serviços e dirimir eventuais dúvidas a ele vinculadas.

3.1.6 A CONTRATANTE efetuará os pagamentos devidos em função do presente



Dep.de Licitação e Contratos

Contrato.

CLÁUSULA IV – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O presente Contrato terá vigência de 12(DOZE) meses a partir de sua assinatura, compreendendo também o início dos serviços, sua execução até o seu recebimento definitivo, podendo ser prorrogado com base na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA V- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas atinentes à execução deste Contrato serão atendidas com os **06.01.01.12.122.0015.2025-33903900-FICHA(124)**

CLÁUSULA VI - DO PREÇO

6.1. A CONTRATADA realizará os serviços objeto deste Contrato pelo preço global de R\$ _____ (_____).

6.1.1. O preço ajustado na presente Cláusula, compreende todos os encargos e despesas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados mediante depósito bancário, apresentado, no prazo de até 30 (trinta) dias após o atesto da Nota Fiscal pelo Fiscal e Gestor do Contrato.

7.1.2. A nota fiscal deverá ser devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato da Prefeitura Municipal, em correspondência com os serviços prestados.

7.1.3. As faturas deverão ser entregues no setor de Contabilidade/tesouraria, no endereço anteriormente especificado.

a) Caso seja constatada alguma incorreção, o pagamento será efetuado no prazo estipulado na Cláusula 8.1, porém, a contar da apresentação da fatura corrigida.

b) Na fatura, com razão social completa e número do CNPJ/MF de acordo com a documentação apresentada para a habilitação na pertinente, deverá, obrigatoriamente, constar o nome e número do banco, o nome e número da agência, e o número da conta corrente da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



Dep.de Licitação e Contratos

- 8.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- a) advertência;
- 8.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- a) multa no percentual de 30% do valor contratado;
 - b) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos
- 8.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- a) multa no percentual de 20% do valor contratado;
 - b) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos
- 8.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- a) multa no percentual de 20% do valor contratado;
 - b) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos
- 8.5. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- a) multa no percentual de 30% do valor contratado;
 - b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- 8.6. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- a) multa no percentual de 30% do valor contratado;
 - b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- 8.7. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- a) multa no percentual de 30% do valor contratado;
 - b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

CLÁUSULA IX – DOS RECURSOS

- 9.1. Da aplicação das sanções definidas nos subitens de cláusula anterior, referentes à advertência, multa e suspensão, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação do ato, a Autoridade Competente, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.
- 9.2. No caso de declaração de inidoneidade, prevista no subitem 9.2.6, caberá pedido de reconsideração, ao Assessor Jurídico, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

CLÁUSULA X - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Rua Araçuaí, s/n- Centro- Telefone: (33) 3738-1123/ 1228.

Francisco Badaró/MG- CEP: 39.644-000.

E-mail: setor.licitacao@franciscobadarо.mg.gov.br



Dep.de Licitação e Contratos

10.1. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao Patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, quando da execução do objeto deste Contrato.

10.1.1. A CONTRATANTE estipulará o prazo razoável para reparação do dano causado.

10.2. Todos os projetos e serviços mencionados em qualquer documento que integre o presente Contrato serão executados sob responsabilidade direta da CONTRATADA, que se responsabiliza, também, pelos riscos e prejuízos advindos de casos fortuitos.

CLÁUSULA XI - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 113/2023, e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

I - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal (is) ou por seu(s) respectivo(s) substituto(s);

II - Compete ao Fiscal do Contrato, exercer a verificação concreta do objeto, devendo os servidores designados verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc. Dentre as responsabilidades dos fiscais está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados;

III – Compete ao Gestor do Contrato exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam: verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.



Dep.de Licitação e Contratos

CLÁUSULA XII - DA ALTERAÇÃO

12.1. Este Contrato poderá ser alterado, unilateralmente, ou por acordo entre as partes, nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021.

12.2. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial da obra, objeto deste Contrato, poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto na Lei n.º 14.133/2021.

12.2.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; e

12.2.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido neste item, salvo as supressões que resultem de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA XIII - DA SUSPENSÃO

13.1. Este Contrato poderá ser suspenso por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que esteja subordinado a CONTRATANTE, e exaradas no procedimento administrativo a que se refere o Contrato, podendo ser retomado, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração.

CLÁUSULA XIV - DA RESCISÃO

14.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme previsto na Lei 14133/2021;

14.1.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

14.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos;

1) Nestes casos a rescisão acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei:

a.1) Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

a.2) Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal



Dep.de Licitação e Contratos

empregados na execução do Contrato, necessários à sua continuidade;

a.3) Execução da garantia contratual, para resarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

a.4) Retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

b) A aplicação das medidas previstas nas alíneas “a.1)” e “a.2)” anteriores, fica a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

c) É permitido à Administração, no caso de concordata (recuperação judicial ou extrajudicial) da CONTRATADA, manter o Contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades, a seu critério de conveniência e oportunidade.

d) Na hipótese da alínea “a.2)” anterior, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade competente, conforme o caso.

14.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste Contrato, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE; ou, ainda,

14.2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

14.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.4. Pagamento pela execução do Contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA XV - DA CLÁUSULA PENAL

15.1. Poderão ser aplicadas, ainda, cumulativamente as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 114/2023.

CLÁUSULA XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

16.2. Este Contrato somente terá eficácia depois de publicado seu extrato no Diário Oficial do Município de Francisco Badaró.

16.2.1. Incumbirá à CONTRATANTE, no prazo estipulado na Lei nº 14.133/2021, a publicação do Extrato deste Contrato e dos Termos Aditivos no Diário Oficial de Minas Gerais e Quadros de Avisos da Prefeitura Municipal.



Dep.de Licitação e Contratos

16.3. Onde, eventualmente, for citada alguma marca, essa será referencial, podendo ser substituída por similares.

16.4. Integram este Contrato a Proposta Comercial apresentados pela CONTRATADA, e a documentação constante dos Anexos II da Dispensa de Licitação n.º _____/2026.

CLÁUSULA XVII - DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Minas Novas/MG, para dirimir questões oriundas deste Contrato, por mais privilegiado que outro possa parecer. E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Francisco Badaró/MG, _____ de _____ de 2025.

Pedro Lucas Fernandes do Prado

Secretário Municipal de Educação

CONTRATANTE

NOME DA CONTRATADA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. CPF.

.....

2. CPF.

.....



Dep.de Licitação e Contratos

**ANEXO VII - DECLARAÇÃO QUE CONCORDA COM OS TERMOS DO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO**

A proponente _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº _____/2026, **DECLARA** expressamente que:

- Concorda com todos os termos estabelecidos neste Edital.

DECLARA ainda que concorda com todos os termos estabelecidos neste Edital, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Local e Data

ASSINATURA E CARIMBO



Dep.de Licitação e Contratos

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO NÃO EMPREGA MENOR

(PESSOA JURÍDICA)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____,
sediada à _____ (endereço completo) _____, doravante representada por
[representante legal] _____ [nome completo],
_____ [nacionalidade], _____ [estado civil],
_____ [profissão], portador(a) da Cédula de Identidade RG nº
_____ [órgão expedidor], inscrito(a) no CPF/MF sob nº
_____, residente e domiciliado(a) na cidade de
_____, Estado _____, na Rua
_____, nº _____, CEP: _____,

DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?

() SIM () NÃO

(Local), _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável pela Empresa
CPF nº _____